



# XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

## FAMÍLIAS DO BRASIL: BREVE ANÁLISE HISTÓRICA ENTRE AS NORMAS E AS RUPTURAS.

Jéssica Salvino Mendes

*Universidade Estadual da Paraíba- UEPB*

[jessicasalvinom@gmail.com](mailto:jessicasalvinom@gmail.com)

Alianna Batista da Silva

*Universidade Estadual da Paraíba- UEPB*

[alianna\\_silva11@hotmail.com](mailto:alianna_silva11@hotmail.com)

### **Resumo**

O artigo a seguir busca, através dos estudos sobre a história da família no Brasil, uma breve análise histórica dos arranjos familiares constituídos no país, do período colonial até a contemporaneidade, e suas relações com as normas estabelecidas de padrão familiar e as burlas desses padrões. Falar hoje sobre famílias no Brasil é falar sobre a diversidade. Porém, isto não quer dizer que no passado as famílias brasileiras fossem todas iguais. É difícil imaginar que um país de dimensão continental, de diversidade regional, cultural e econômica, abrigasse apenas um único tipo de arranjo familiar. Outros fatores, como demográficos de migrações, imigrações e as oportunidades de trabalho, necessidades econômicas, fizeram e fazem da aquarela de famílias brasileiras um imenso caleidoscópio de cores. As mudanças do tipo comportamentais e de valores, bem como as taxas de natalidade, casamentos, uniões estáveis e divórcios, também vão contribuir para a diversidade nos modos de estar das famílias brasileiras ao longo do tempo. As formas como as relações de gênero, assim como questões raciais se estabeleceram e se estabelecem, vão dar sinais para que possamos compreender as dinâmicas destes arranjos familiares. Algo muito complexo, principalmente quando o assunto envolve subjetividades, redes de relações de poder das mais diversas. Desta forma, procuramos compreender como se deu a institucionalização dos discursos intencionais da Igreja, do Estado, das leis, e das elites, que buscavam o controle das massas, através da legitimação de padrões familiares considerados “civilizados” bem como suas rupturas e posterior reconhecimento legal e certa tolerância por parte da sociedade.

**Palavras-chave:** Brasil, famílias, história, normas, rupturas.



# XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

## Introdução

Família. Palavra que etimologicamente deriva do latim *famulus*, possui o primeiro sentido ligado ao *pater familias*, aquele que detém o poder de vida e de morte sob a esposa, os filhos, agregados e escravos. Este modelo de família existente na antiguidade romana, com certeza não foi o único a influenciar na formação da família ocidental, mas foi este que retratou durante algumas décadas a família colonial no Brasil. Devido principalmente ao arranjo familiar trazido de além-mar, pelos ibéricos.

Passados os anos, já no final do século XIX e início do XX, a euforia da modernização que invade as capitais brasileiras, passa a moldar novos padrões de comportamento e conseqüentemente de modelo familiar. Constrói-se então, um discurso para legitimar outro modelo de família, o modelo da família nuclear burguesa, que acredita no amor conjugal e na individualização dos desejos.

Em meados da década de 1960 e 1970, o mundo Ocidental questionou os valores desta família burguesa. A pílula anticoncepcional surge e as mulheres passam a ter o direito de decidir ter ou não filhos e maior liberdade sexual sob seu corpo. Eis aí, uma ruptura considerável na constituição de novos arranjos familiares para a época.

O século XX e o início do XXI por sua vez, apresentam a família em um modelo pós moderno, onde certezas e padrões são as últimas questões a serem pensadas e onde estas até certo ponto são aceitas social e institucionalmente.

Mas será, que todos os brasileiros e brasileiras, dos tempos coloniais e “modernos” se enquadraram nos padrões de família citados acima? Será que questões regionais, econômicas, raciais, subjetivas e de gênero, por exemplo, não criaram um imenso caleidoscópio familiar ao longo da história do Brasil? Será que as mudanças ocorridas nas décadas de 60 e 70 foram barradas pelo moral hipócrita do período? E o século XXI o que pode nos mostrar sobre seus “novos” arranjos familiares?



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Difícilmente em um país tão extenso, que possui “mil brasis” dentro de si, respostas objetivas seriam possíveis. As famílias brasileiras podem ser contemporâneas ao modelo de família de cada época, mas também podem fugir a regra, se enquadrando muitas vezes em outras formas de se vivenciar a família, dentro daquilo que Scott (2012) chama de “reinvenção histórica.”

Sendo assim, este artigo busca através da história do Brasil uma breve análise dos mais diversos arranjos familiares. A construção de discursos normativos que defendem um modelo único de família, e as rupturas de brasileiros e brasileiras, que constituíram suas famílias a partir de fatores dos mais diversos, subvertendo a normatização vigente de cada época.

### **Metodologia**

Utilizamos como abordagem metodológica a análise de alguns arranjos familiares brasileiros de diferentes temporalidades. Para tanto, contamos com as contribuições historiográficas sobre a família no Brasil, das historiadoras Anna Scott, Eni de Mesquita Samara, Leila Mezan Algranti. E da historiadora brasilianista Sueann Caulfield.

### **Resultados e discussão**

Quando lançamos nosso olhar para a família colonial brasileira, ao menos duas imagens nos vem a mente. A primeira imagem remete a sociedade dos velhos engenhos de açúcar, narrada por Gilberto Freyre em “Casa-grande & Senzala” e a segunda a pintura “Um funcionário do governo sai a passeio com a família” do pintor francês Jean-Baptiste Debret. Mas, por que pensar em família colonial nos leva a estas duas imagens?

A resposta mais provável está no modelo de família patriarcal que livro e pintura representam. A legitimação desse modelo de família na colônia se dava através do casamento, que em tese deveria ser monogâmico e indissolúvel, onde a esposa obedeceria ao marido, uma vez que sua tutela passara de seu pai para ele. O poder deveria centra-se na autoridade do pai, guia das direções que a extensa família, deveria seguir, caberia também ao homem, enquanto chefe da



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

família a manutenção e o sustento de todos. Foi este o quadro imaginário que pintamos sobre a família colonial brasileira.

Porém, como afirma SAMARA (2012, p.1) “as famílias extensas do tipo patriarcal não foram as predominantes, sendo mais comuns aquelas com estruturas mais simples e menor número de integrantes”. Complexas redes de relações eram estabelecidas na colônia portuguesa. É preciso levar em conta, por exemplo, aspectos regionais, econômicos, culturais, migratórios, típicos do processo colonizador naquele momento. Segundo ALGRANTI (1998, p.87):

Tantas foram às formas que a família colonial assumiu que a historiografia recente tem explorado em detalhe suas origens e o caráter das uniões, enfatizando-lhe a multiplicidade e especificidades em função das características regionais da colonização e estratificação social dos indivíduos.

Desta forma, não é raro encontrar nos registros e documentações da época, famílias compostas por mães solteiras e seus filhos, filhos ilegítimos sendo criados com os legítimos, esposas e concubinas vivendo sob o mesmo teto. É possível observar também, que os restritos apontam mulheres chefiando suas famílias. Como foi no caso da migração para o eixo sul da colônia na década de 1690, graças a descoberta das minas naquela região. Esta nova visibilidade econômica, favoreceu a ida de inúmeras pessoas para lá. A mescla de raças e o pouco controle da Igreja e da Coroa, fez com que os arranjos familiares se constituíssem de forma “desordenada” em relação ao modelo patriarcal. Ali “Mulheres exerciam atividades fora do âmbito doméstico e as solteiras com prole natural chefiavam famílias” afirma SAMARA (2012, p.4).

No século XVIII, enquanto a zona rural da região Nordeste se mostrava em condições mais desenvolvidas, a zona rural da região sul encontrava-se ainda modesta, contando também com uma área urbana em crescimento. A escassez de mão de obra escrava no núcleo rural fez com que trabalhadores pobres ocupassem os postos de trabalhos na lavragem da terra, aceitando agregados que ajudavam na lida diária. Já nos núcleos urbanos em formação, o que predominava era presença de pequenos negócios e atividades relacionadas ao abastecimento. Este movimento favoreceu também a migração de mão da obra masculina, e acabou possibilitando a presença de mulheres



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

trabalhadoras, modificando assim, as relações estabelecidas entre os gêneros e multiplicando as formas de estruturação familiar da época.

No Império, registros do ano de 1836, apontam que 35,4 % das famílias paulistanas eram compostas por no máximo quatro membros, contando com apenas 26% dos domicílios formados por famílias extensas e tendo 74% das casas compostas por famílias com outros tipos de formação. Ou seja, a maioria das famílias, não se enquadrava no modelo familiar e a segunda maioria dos domicílios possuía formação nuclear. Ainda neste período em São Paulo, foi constatado que, cerca 1/3 das famílias possuíam a chefia de mulheres, a maioria delas trabalhava na manufatura têxtil doméstica, na prestação de serviços, em pequenos negócios e na venda de produtos<sup>1</sup>.

Da mesma forma, o Nordeste já no século XIX, mostrava que a divisão do trabalho dentro das famílias não seguia a risca os moldes do modelo patriarcal e que se mostravam mais complexos comparados aos das famílias da região Sul. Em 1835, a região de Santiago Maior do Iguape, Bahia, 65% das mulheres pobres trabalhavam para manter a casa, 11,9 % faziam parte da classe média e chefiavam suas casas com empregos ou negócios e apenas 1,3% pertenciam a elite, não trabalhando. O censo de Fortaleza de 1887 mostra que homens e mulheres partilhavam das mesmas atividades quando o assunto era o sustento de todos os membros da família<sup>2</sup>. Sendo assim:

...fica difícil conceber que o conceito genérico de ‘família patriarcal’ possa ser aplicado nos diversos momentos da nossa história e para famílias dos diversos segmentos sociais, mesmo considerando o modelo apreendido em Freyre como uma construção ideológica, constituída de traços básicos do comportamento familiar brasileiro. SAMARA (1992, p.65)

No final do século XIX e início do século XX os ventos que sopravam o progresso e a modernização na Europa chegaram ao Brasil. Neste período a escravidão foi oficialmente abolida, a República instaurada. Houve também um aumento considerável do fluxo imigratório, a indústria brasileira se desenvolveu e os discursos de urbanização e higienização do meio urbano se tornaram cada vez mais intensos.

---

<sup>1</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. **O que mudou na família brasileira?** (Da colônia á atualidade). Psicol. USP. 2002, vol.13, n.2, p.9.

<sup>2</sup> *Ibidem*. p.11



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Os discursos de uma elite burguesa que forjavam o progresso e a civilização forjavam também a construção de um novo modelo de família. Apoiados nos moldes europeus, que não separavam mais o amor do sexo no casamento, foi implantada aqui, a ideia de amor conjugal. Neste arranjo familiar, a vontade individual de cada membro da família começava a entrar em cena, deixando de lado a antiga premissa do poder do pai na tomada das decisões da família.

Este modelo de família, chamado de nuclear, pois passava a anular agregados e parentes distantes de sua formação, construiu o protetor e aconchegante “lar doce lar.” Para este “novo” lar nada mais viável do que um “novo” homem e uma “nova mulher.” A ele, estavam atribuídas as funções de pai e marido trabalhador, provedor das necessidades de seu lar. A ela, cabia às funções de mãe e esposa dedicada, responsável pela educação e moral dos filhos, uma verdadeira “rainha do lar”. Marido e esposa deveriam ser exemplo, pois em tese, faziam parte do modelo familiar “perfeito” para o desenvolvimento do país, eram considerados o pilar máximo da sociedade brasileira.

Sendo o espaço público reservado a eles, e o privado a elas, era imprescindível que as esposas-mães não trabalhassem, pois uma vez em casa poderiam se dedicar integralmente a formação dos futuros cidadãos da nação.

Já na década de 1930 esse discurso fazia-se mais que necessário, pois estava estabelecido como novo parâmetro para formação da família brasileira. Era basicamente uma questão de Estado, uma política governamental do governo Vargas, que buscara na família e no controle das massas a contribuição para crescimento e “progresso” interno do país. O Decreto-lei 3.200 de 19 de abril de 1941 assinado pelo presidente Getúlio Vargas dizia que:

Devem ser homens educados de modo que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. A mulher será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes na administração da casa.

Porém, estes novos valores que faziam parte dos discursos da elite e do Estado, não foram incorporados por todos os brasileiros e brasileiras. A maioria simplesmente vivia em outro



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

“universo” bem distinto daqueles que possuíam dinheiro. Praticamente todas as mulheres pobres precisavam trabalhar, não apenas para ajudar o marido, mas também para manter suas famílias. Estas mulheres casadas ou não, subvertiam o modelo “oficial” de família.

CAULFIELD (2000) mostra nos processos por defloração de meados de 1940, que a conduta de uma moça deflorada era altamente questionada no tribunal caso sua mãe fosse solteira ou separada, pois segundo alguns advogados da época, mulheres nestas condições não tinham voz na defesa de suas filhas, uma vez que deixaram o lar “a deriva” por não possuírem um marido e um pai como timoneiro do “sagrado barco” da família. É possível perceber ainda segundo recenseamento não publicado neste período, que “a prevalência de uniões livres e mães solteiras era uma característica constante da demografia brasileira no curso dos últimos 50 ou 60 anos” CAULFIELD (2000, p. 225).

O movimento feminista nas décadas de 1960 e 1970 assumiu novos ares, diferentes daqueles do início do século XX. Agora o que está em jogo não é apenas a exigência do direito ao voto e a autonomia da mulher para estudar e trabalhar. O direito ao corpo e a sexualidade feminina entram em cena e não apenas isto será abordado, estará em jogo também, os questionamentos sobre a família burguesa nuclear. Os papéis exercidos por homens e mulheres assim como, a inclinação “natural” da mulher para mãe e “rainha do lar” serão postos em constante reprovação.

As reivindicações por maior liberdade sexual e direito ao corpo feminino de ser ou não ser mãe, vão influenciar de forma direta na criação da pílula anticoncepcional que causará uma verdadeira revolução sexual nos costumes da época. Em 1962 ela chega ao Brasil, causando questionamentos a respeito dos quadros e arranjos familiares da época. Outro fator significativo para esta alteração dos quadros familiares foi a instituição do divórcio em 1977. O divórcio foi um avanço, que significou a legitimação das separações através da lei, o que não significa considerar que os casais brasileiros já subvertiam a norma do casamento indissolúvel anteriormente, através de separações e novas uniões, de forma formal ou informal.



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

O Brasil neste contexto vivenciava o governo da ditadura militar que produzia discursos normativos para a preservação e valorização do modelo familiar burguês, considerado “ideal” e “normal”. Este discurso contrastava com os discursos da classe média urbana intelectualizada que:

Viveu mais intensamente que outros setores da sociedade brasileira as mudanças de valores e comportamentos [...] sua participação política, pelas circunstâncias em que se dava e objetivos, a que, em muitos casos, visava, invadia por todos os poros o cotidiano familiar de cada um. ALMEIDA;WEIS (1998, p.399)

Um dos exemplos de subversão aos valores morais da época foi a atriz Leila Diniz. Mesmo não sendo politicamente ligada ao movimento feminista a atriz quebrou muitos tabus. Em 1971 grávida de sua única filha, Janaína, Leila apareceu de biquíni em uma praia do Rio de Janeiro. Este ato causou grande espanto na sociedade da época, pois a maternidade, tida como “sagrada” e símbolo máximo da família, deveria ser resguardada. Leila também desconstruiu a ideia de amor conjugal, ao declarar em uma entrevista ao jornal Pasquim<sup>3</sup>, que era perfeitamente possível amar uma pessoa ir para cama com outra.

Todas essas mudanças e rupturas nas leis e valores resultaram em um “novo” início para as mulheres, bem como, sua participação na família a partir da década de 1980. O “fenômeno da ‘reinvenção da mulher’ e conseqüentemente, de seus papéis na família e na sociedade [...] um dos sinais dessa ‘reinvenção’ diz respeito a sua participação no mercado de trabalho.” SCOTT (2012, p.24).

E é partir da década de 1980 que os arranjos familiares vão se tornando diferenciados e institucionalmente mais democráticos. As relações estabelecidas entre pais filhos e filhas, por exemplo, passam a ser mais de diálogo do que de ordem. O modelo de família, onde a autoridade do pai/marido era suprema é cada vez mais quebrado. A mulher inclusive tem o poder de planejar sua carreira profissional junto à possibilidade de um planejamento familiar, que atenda as necessidades individuais suas e de seu cônjuge. A própria ideia de família e casamento, começa a tomar novos rumos. É possível apontar inclusive segundo SCOTT (2012, p.26):

...vozes que defendiam que o casamento e a família conjugal moderna ‘refletiam a pós-modernidade [...] se na literatura, na arquitetura, na arte no discurso filosófico,

---

<sup>3</sup> Entrevista concedida ao jornal Pasquim, em 1969. Que acabou resultando na criação por parte da censura de imprensa do país no decreto apelidado de “Decreto Leila Diniz”





## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

nas práticas econômicas e políticas, a heterogeneidade, a pluralidade, a flexibilidade, e instabilidade e a incerteza tornaram-se a regra, isso também vale para a família e para o casamento, implicando diretamente o surgimento e reconhecimento de diferentes modelos de família...

Já no início do século XXI, é possível perceber as “hiper mudanças” ocorridas na família e que estas mudanças estão indo muito mais além do que as do século XX. Diversos fatores contribuíram para tal transformação. O número de habitantes no Brasil em 2010 estava por volta dos 190 milhões. Ocorreu também aumento da população nos meios urbanos, os níveis de analfabetismo se comparados aos de outros anos chegam a 12%. Os níveis de mortalidade infantil caíram e que os de natalidade também. Brasileiros e brasileiras vivem mais, em pesquisa realizada em 2009 os habitantes com mais de 65 anos já somavam 32%<sup>4</sup>.

Novos arranjos familiares se construíram e vem se construindo, inclusive novos arranjos reconhecidos por lei. É possível então perceber o próprio Estado rendendo-se as multiplicidades das famílias brasileiras e não apenas defendendo um único modelo de família possível. Foi considerável, por exemplo, o aumento de famílias formadas por casais sem filhos, os chamados casais *DINK* (*Double income, no kids*) ou DINC no português “duplo ingresso, nenhuma criança”<sup>5</sup>. Ou seja, ter filhos tornou-se uma escolha e não mais uma obrigação. Existem também os modelos de família *monoparentais* constituídas por pai/mãe e filhos (as), as chamadas famílias *reconstruídas* onde membros divorciados retomam com seus filhos (as) a vida em família com outros membros. E recentemente, o Superior Tribunal Federal, reconheceu o direito de casais homoafetivos de constituírem família adotando crianças. Grandes mudanças, reconhecidas por lei e mais toleradas pela sociedade, que mesmo assim encontram desafios por parte da população conservadora do país.

### Conclusões

Foi possível perceber que ao termino deste trabalho as dúvidas e inquietações sobre os arranjos familiares brasileiros tornaram-se maiores. Compreender as dinâmicas destes arranjos é algo complexo, que não será possível aqui em tão pouco tempo. É preciso levar em conta as redes de relações que constituíram e constituem esta dinâmica e os aspectos econômicos, culturais,

---

<sup>4</sup> SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: BASSANEZI, PINSKY, C.; PEDRO, J. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p.27

<sup>5</sup> *Ibidem*, p.30



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

políticos, migratórios entre outros mais, que contribuíram e contribuem para as múltiplas formas de estar família no Brasil.

É importante perceber o reconhecimento por parte do estado brasileiro e da própria legislação, mesmo que de forma lenta, da diversidade familiar. Esperamos que seja possível desta forma, a abertura de espaços para o diálogo e conseqüentemente a construção de novos discursos que reconheçam os “mil brasis”, de infinitas cores e costumes, as famílias brasileiras, suas continuidades e rupturas.

### Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.) **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 87.

BRASIL. Decreto-lei 3.200, de 19 de abril de 1941, Dispõe sobre a organização e proteção da família. **Diário Oficial [da] República do Brasil**. Brasília, DF, 19 abr. 1941.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. In: MORITZ, Lilian Schwarcz. (Org.) **História da Vida Privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.399.

CAULFIELD, Sueann. Mães solteiras, filhas modernas e as políticas de liberdade e virgindade. In: **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora UNICAMP, 2000, p. 225.

SAMARA, Eni de Mesquita. **O que mudou na família brasileira?** (Da colônia á atualidade). *Psicol. USP*.2002, vol.13, n.2, p. 27-48.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Novas imagens da família “à brasileira.”** *Psicologia USP*, São Paulo, v. 3, n. 1/2, p.59-66, 1992.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: BASSANEZI, PINSKY, C.; PEDRO, J. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p.16-40.